

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL DO CÁVADO
28 DE OUTUBRO DE 2024
ATA Nº2/2024**

Aos vinte e oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, realizou-se no Salão Nobre da Câmara Municipal de Barcelos, a Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Cávado. Estiveram presentes 25 (vinte e cinco) dos seus membros. Considerando a ausência do Senhor Presidente da Mesa, Joaquim Manuel Araújo Barbosa, com falta justificada, foi convidado a integrar a Mesa o Sr. Deputado José Pedro Pires Machado. Com esta indicação a Mesa ficou constituída da seguinte forma, na qualidade de Presidente da Mesa, Alexandrino Manuel Oliveira Ribeiro, na qualidade de Vice-Presidente, José Pedro Pires Machado, assessorados pela Secretária, Elisa Amélia Rodrigues Brandão, nos termos regimentais, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Período de Intervenção do Público;
2. Período Antes da Ordem do Dia;
3. Período da Ordem do Dia:
 - 3.1. Ata da reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal do Cávado realizada no dia 29 de abril de 2024 – Apreciação e votação;
 - 3.2. Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2025 – Apreciação e votação;
 - 3.3. Segunda revisão ao orçamento de 2024 – Apreciação e votação;
 - 3.4. Listagem de compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Intermunicipal de 30.11.2023 – Conhecimento;
 - 3.5. Autorização Prévia Genérica para assunção de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso - Apreciação e votação;
 - 3.6. Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual com vista à abertura do procedimento pré-contratual de Concurso Público para a celebração de um contrato de “Aquisição de serviços implementação, monitorização e avaliação de um Programa de Competências de Iniciação à Programação, Robótica e STEAM na NUTS III Cávado, no âmbito da Operação NORTE2030-FSE+-01390200” - Apreciação e votação;
 - 3.7. Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual com vista à abertura do procedimento pré-contratual de Concurso Público para a celebração de um contrato de “Aquisição de serviços implementação, monitorização e avaliação de um Programa de Competências Essenciais (sociais, pessoais, emocionais e comportamentais) na NUTS III Cávado, no âmbito da Operação NORTE2030-FSE+-01390200” - Apreciação e votação;
 - 3.8. Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual com vista à abertura do procedimento pré-contratual de Concurso Público para a celebração de um contrato de “Aquisição de serviços implementação, monitorização e avaliação do recurso educativo digital, na área da matemática, no âmbito da Operação NORTE2030-FSE+-01390200” - Apreciação e votação;
 - 3.9. Modificação do contrato de concessão do serviço público de transporte de passageiros por modo rodoviário na região da CIM Cávado (lote 1) | autorização para assunção de despesa plurianual (artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho) e autorização para assunção de compromisso plurianual (artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro) - Apreciação e votação.

No período antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa procedeu à comunicação da ausência do deputado José Carlos da Silva Brito, com falta justificada, estando presente a deputada substituta Ilda Maria Fonseca Trilho Silva; da ausência da deputada Ivone Manuela Faria Cruz Batista, com falta justificada, estando presente o deputado substituto Manuel Vasconcelos Dias; da ausência do deputado Martinho Gonçalves Antunes Braga, com falta justificada, sem substituição em tempo; da ausência do deputado José Manuel Araújo Cardoso, com falta justificada, sem substituição em tempo; da ausência do deputado Tito Alfredo Evangelista e Sá, do com falta justificada, sem substituição em tempo e da ausência do deputado Carlos António Andrade Arantes, com falta justificada, sem substituição em tempo. Tomou posse nesta Assembleia a deputada Ilda Maria Fonseca Trilho Silva. -----

O Senhor Presidente da mesa deu ainda nota da ausência do Presidente da Câmara Municipal de Barcelos por motivos de saúde, que representaria o Conselho Intermunicipal, estando o mesmo Órgão representado pelo Primeiro Secretário Executivo, Dr. Rafael Amorim.-----

A deputada Cláudia Alves, do Partido Socialista, apresentou uma moção sobre as infraestruturas e via férrea. Expõe o papel estratégico da ferrovia na mobilidade interurbana, nomeadamente a ligação entre Porto e Braga e vice-versa. Refere os constrangimentos causados pelo estrangulamento em Ermesinde que origina atrasos significativos nas linhas e propõe a solução de duplicação da via férrea nos dois sentidos, que resultaria de melhorias nos tempos de percursos e conseqüente melhorias na atratividade desse meio de transporte o que seria de grande importância para os habitantes de Braga e dos restantes concelhos do quadrilátero urbano e de forma indireta e direta para os restantes concelhos da Comunidade intermunicipal do Cávado. Propõe que o Ministério das Infraestruturas e a empresa Infraestruturas de Portugal (IP) resolvam com a maior brevidade “o estrangulamento de Ermesinde”, executando para o efeito as obras julgadas necessárias. A Moção deverá ser remetida ao Ministério das Infraestruturas de Portugal e à IP e dela ser dado conhecimento ao Primeiro-Ministro, Ministro da Economia, CIM do Cávado, CIM do Ave, CIM do Alto Minho, CIM do Tâmega e Sousa e área Metropolitana do Porto. -----

O deputado João Marques do PSD apresentou uma intervenção. Deu nota do total acordo do seu partido com a moção apresentada dando exemplos de experiência pessoal para enaltecer a importância na resolução do problema. Colocado à votação, foi aprovada por unanimidade. ----

O deputado João Batista, da CDU, apresentou uma moção, sobre a criação de passe social intermodal e intermunicipal. Propõe que no quadro da discussão do Orçamento de Estado para 2025, seja considerada a criação de um Passe Social Intermodal e Inter-regional, que alargue aos habitantes do Distrito de Braga, as condições tarifárias de acesso aos transportes públicos que existem nas áreas metropolitanas e que acautele os movimentos pendulares entre os territórios da CIM Cávado, da CIM do Ave e a Área Metropolitana do Porto, assim como um substancial reforço do PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária.-----

O deputado João Marques do PSD, apresentou uma intervenção, tendo referido que estão a ser dados passos importantes nesta matéria, como o “Passe Ferroviário Verde”, que considera ser uma medida transversal de grande impacto, ao potenciar o aumento do transporte público, tendo informado, que num curto espaço de tempo o número de passes ferroviários verdes triplicou. Considera que existem ainda alguns obstáculos do ponto de vista prático, burocráticos e administrativos, nomeadamente, em muitos casos os cidadãos terão que ter dois passes ferroviários em vez de um. -----

Refere que é importante não termos precipitações extemporâneas, apesar desta matéria já ter sido discutida há um ano, e tendo a percepção que é o caminho que há a percorrer para o futuro, deve-se ter em consideração a necessidade de fazer coincidir estas necessidades com todo o aspeto operacional e de renovação operacional, designadamente da CP. -----

Considera, que há um caminho preparatório que deve ser feito, nomeadamente, a estruturação dos serviços da CP e só depois será possível avançar para um passe intermodal. Reforçou que está a ser estudado por parte do Governo da República a possibilidade de criar um bilhete único nacional. -----

Referiu ainda, que têm sido dados passos importantes, o facto de se ter acabado com a diferenciação ao nível dos mais jovens, entre os estudantes e os não estudantes, havendo isenção para todos e isso é muito relevante. Salienta ainda, que esta moção não é um acrescento ao que foi votado há um ano atrás, que não se trata de consolidar algo que já foi votado e aprovado, mas de desafiar as instituições públicas de continuar no bom caminho e criar as condições para que o transporte público seja cada vez mais universal. -----

O deputado João Nogueira, do Partido Socialista, também apresentou uma intervenção, começando por referir que o Partido socialista iria votar favoravelmente a moção apresentada. Referiu que o que foi decidido há um ano é muito importante porque a construção de um sistema de transporte público em todo o país é, para além de um dever, uma responsabilidade, porque o transporte público, nomeadamente a ferrovia, são ferramentas importantes no combate às alterações climáticas. Defende que todas as medidas que possam atrair cada vez mais pessoas para o transporte público, que consequentemente permitem o combate à sobrelotação de veículos automóveis e à poluição, que afeta as cidades, é muito importante. Reforça que, se o transporte público e o seu acesso for simples, for cómodo e poder servir as pessoas de uma forma que as satisfaça em tempo, eficácia e comodidade, estão criadas as condições para aumentar a adesão a este meio de transporte. -----

Salienta que a questão dos preços e a desburocratização é muito importante, pois é um direito de todos os portugueses, de terem acesso, forma igualitária, ao transporte, que não pode só estar restrito a algumas zonas mais privilegiadas, como é o caso de Lisboa e do Porto.

Refere ainda que tudo começou, há alguns anos atrás, com dois programas, o PROTRANSP e o PART que fez com que a Autoridade de Transportes da CIM do Cávado pudesse usufruir desse apoio significativo, que permitiu lançar um conjunto de medidas que atraíram mais pessoas ao transporte público. -----

Defende que é preciso que todos os dias se possa reforçar este tipo de atitudes, simplificar o seu acesso, qualificar o transporte e atrair cada vez mais pessoas. Considera ainda, que Assembleia Intermunicipal da CIM do Cávado deverá pugnar para que cada cidadão, no futuro, possa viajar por todo o país com um passe, podendo assim, dessa forma, deixar de usar o carro e usar um transporte mais amigo do ambiente.

De igual forma o deputado Carlos Neves do CDS apresentou uma intervenção. Começou por referir que a moção não introduz nada de novo face a uma moção similar aprovada há um ano atrás. -----

-Refere que a intermodalidade não é só da questão da ferrovia, mas significa que se tem de interoperar vários modos de transporte, e que neste momento não se está a executar, inclusive nalguns municípios que fazem fronteira com o território da CIM do Cávado, ainda não há operadores do serviço público de transporte contratados, em concreto na CIM do Alto Minho e alguns municípios da CIM do Ave. O que estamos a falar é de criar intermodalidade entre transporte público rodoviário e também ferroviário em várias linhas. -----

Refere ainda, que estamos a falar de uma realidade que tem regras estabelecidas, está no terreno, tem contratos, tem compromissos que estão estabelecidos, significa isto, que não obstante da bondade da medida, não é novidade, ela foi aprovada há um ano atrás e mereceu também a concordância do CDS-PP. Considera que ela precisa de ter uma capacidade de olhar para a seu potencial de operacionalização, para que não se esteja consecutivamente a aprovar moções, para as quais estão todos de acordo, mas também terão um efeito praticamente nulo, porque não serão passíveis de ser implementadas. Sublinha ainda que, faz sentido que esta moção mais do que recomendar a implementação de passes intermodais identifique junto das



respetivas autoridades de transportes a necessidade de nos próximos concursos de transporte público de transporte de passageiros incluir essa responsabilidade, esse requisito para que haja intermodalidade, coisa que nos atuais isso não foi um requisito relevante. Considera muito importante a interoperabilidade entre sistemas para que depois possa existir intermodalidade entre serviços. A questão operacional não é uma questão despiciente, tem que ser compatibilizada a sua operacionalização, e ela tem uma base tecnológica, mas também tem uma base de relacionamento institucional entre várias entidades, sejam as autoridades de transporte, os respetivos operadores e o operador público de transporte ferroviário, designadamente a CP. Realçando que essa plataforma de interoperabilidade institucional tem que ser construída para que essa realidade possa acontecer. -----

Considera também, que não é com este tipo de moções que vamos conseguir isso, precisamos mais de fazer caminho técnico, designadamente perceber que no próximo concurso, no respetivo caderno de encargos, fique escrito a obrigatoriedade de intermodalidade e os respetivos candidatos e futuros adjudicatários, saberão que na sua proposta terão que cuidar dos respetivos serviços públicos de transporte de passageiros dos vários modos e ter capacidade de interoperar com eles, para que depois possa existir intermodalidade. -----

Referiu ainda que intermodalidade da Área Metropolitana do Porto existe porque o projeto andante tem quase 20 anos e está agora a avançar para outro modelo, o “anda”, que é um modelo desmaterializado, em que o telemóvel é o bilhete, através de uma na aplicação no telemóvel. Admite que isso é fácil de implementar em pessoas nativas digitais, mas é muito mais difícil de implementar em pessoas que não têm a destreza digital e não se pode também com a tentativa de criar um passe intermodal, que do ponto de vista tecnológico é fácil de implementar mas que do ponto de vista operacional tem aqui um conjunto de barreiras e é preciso que esse tipo de situações seja acautelado. -----

Mencionou ainda que não obstante a boa intenção da medida é importante olhar para o seu potencial de operacionalização. Desta forma, atendendo à dificuldade da sua implementação anunciou que o CDS-PP não iria votar favoravelmente a moção.-----

Colocada a moção à votação, foi aprovada por maioria, com 14 abstenções do PSD, CDS e Barcelos Terra de Futuro e 11 votos a favor do PS e da CDU.-----

O deputado Manuel Barros do PSD apresentou uma intervenção sobre a 22ª edição da Semana Europeia das Regiões e das Cidades, com o tema “Capacitar as Regiões” e a importância das Regiões no desenvolvimento da União Europeia. Destacou a importância que a CIM Cávado tem vindo a desenvolver, implementando um conjunto de medidas, de projetos e de programas relevantes para uma região mais igualitária, mais solidária e mais justa na distribuição dos nossos recursos, quer humanos, quer económicos, culturais e ainda a intervenção a nível social. Referiu que numa intervenção pública do Sr. Presidente da Câmara de Braga, Dr. Ricardo Rio, que é membro do Comité das Regiões, defendeu que a União Europeia precisa de uma política de coesão e de financiamento direto para o poder local e para além disso há um risco claro de diminuição do peso das políticas de coesão ao nível europeu ao que estará associado uma potencial redução drástica das verbas alocadas ao poder local. -----

Referindo-se ainda à intervenção do Dr. Ricardo Rio, afirmou que a verdade é que a Europa está ainda longe de poder ser considerada um espaço coeso, social e economicamente prevalecendo, e em alguns casos verificando-se um agravamento, de muitas das assimetrias onde emergem novos desafios à preservação do ideal europeu, reconhecendo a diversidade que promovem a identidade de uma comunidade plural consciente da sua cultura, mas inquieta e aberta à cultura dos outros. -----

Referiu ainda que o Comité das regiões, na Semana Europeia das Regiões e das Cidades, defendeu uma necessidade de fortalecer as instituições locais, muito importantes na promoção da coesão territorial. Defendeu ainda a necessidade de promover a educação para desenvolver as competências da população local e atrair talentos e ainda a necessidade de estimular a troca



de experiências entre regiões e os municípios, fortalecendo as redes de colaboração e participação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil nos processos de tomada de decisão. -----

Defendeu a necessidade de tomada de posições em relação aquilo que é o futuro da Europa, considerando que os modelos de desenvolvimento não podem ser top-down, mas sim bottom up, ou seja, o futuro da Europa deve ser pensado a partir do nosso poder local e das nossas Comunidades Intermunicipais. Defende ainda, que são duas estruturas que devem ganhar força, mas o que acontece é que ao nível das cúpulas e ao nível da decisão europeia isso não está a acontecer. -----

Referiu a importância dos incentivos de base territorial, que são um instrumento muito relevante para promover o desenvolvimento regional equilibrado e sustentado, porque permite o fortalecimento do tecido empresarial e ainda, a promoção da inovação, que tem que ser um desígnio local e regional. Afirma ainda que os incentivos de base territorial são uma ferramenta importante para promover aquilo que nós pretendemos como um modelo de desenvolvimento para a nossa região ao direcionar recursos para áreas menos desenvolvidas, ao estimular a criação de emprego, a inovação e a diversificação económica. Os incentivos contribuem para a redução de desigualdades. -----

De seguida passou ao período da Ordem do Dia, onde foram discutidos e votados os seguintes assuntos:-----

3.1- Ata da reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal do Cávado realizada no dia 29 de abril de 2024 – Apreciação e votação;-----

Após dispensa da leitura da ata, solicitada pela Mesa e aprovada por unanimidade, foi o conteúdo da ata colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com uma abstenção do PSD-----

3.2- Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2025 – Apreciação e votação;-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Senhor Primeiro Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal, Dr. Rafael Amorim, que procedesse à apresentação do documento.-----

Na sua intervenção o Senhor Primeiro Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal, começou por referir que foi mantida a estrutura dos anos anteriores o permite efetuar comparações de projetos de continuidade. Afirmou que o Plano de atividades contempla 37 projetos, que corresponde a 3,6 milhões de euros de investimento previsto para o desenvolvimento desses projetos. Referiu que as atividades da Autoridade de Intermunicipal de Transportes do Cávado correspondem a 60% da atividade da CIM, constituindo um dos grandes pilares, mas destacou a importância de outros projetos, como o Contrato de Desenvolvimento e Coesão Territorial do Cávado (CDCT). Destacou ainda a importância estratégica da Central de Compras da CIM Cávado e as ações Coletivas de Base Local. -----

Informou que o CDCT, que corresponde à contratualização com o Norte 2030, conta com 135 milhões de euros para execução até 2029, e que constitui o segundo pilar da atividade da CIM. Referiu ainda que a internacionalização e a obtenção de fundos fora da contratualização, corresponde ao terceiro pilar e centra-se essencialmente em projetos relacionados com a transição energética e climática, e que está muito relacionado com o trabalho que tem vindo a ser feito com a Metrex. Informou ainda que neste âmbito a CIM conta com 1 milhão de euros para 5 candidaturas internacionais, tais como a missão de adaptação às alterações climáticas, e Nature Based Solutions. -----

Referiu ainda, que o Plano de atividades está estruturado por Eixos Prioritários. Começou por referir a capacitação no âmbito da proteção Civil, que constitui um trabalho que se pretende evidenciar na CIM, uma vez que quase 40% do território do Cávado é floresta e é necessário incentivar uma profunda articulação com o comando sub-regional da ANEPC; Por outro lado, referiu a articulação com os seis municípios nos contratos de concessão de eletricidade. -----



No âmbito dos Projetos da área da cultura, turismo, sistema urbano e coesão territorial, destacou o Minho In, do PROVERE, projeto que une as CIM do Cávado, do Ave e do Alto Minho que já foi encerrado relativamente ao período 2014-2020, e está em fase de discussão, com o Norte 20-30, o futuro do Consórcio.-----

No âmbito das Políticas Educativas de Formação e Coesão Social, estão previstos 1,3 milhões de euros. O Primeiro Secretário destacou a importância do antigo PIICIE, que agora corresponde ao PIPSE Cávado. Este foi um projeto que funcionou muito bem e que a comunidade escolar pediu para o manter. Referiu ainda que se passou de uma filosofia de combate ao insucesso escolar para uma filosofia de promoção escolar, isto é, pretende-se manter algumas narrativas daquilo que foi o combate ao insucesso escolar, mas implementando, monitorizando, incrementando, por exemplo, a iniciação à programação, à robótica, no âmbito das escolas, engenharia e arte. O que se pretende é levar, alunos, docentes e encarregados de educação a perceberem melhor as ferramentas que possam existir e de que forma o gosto por estes temas pode ou não ser implementado. Nesta questão o Primeiro Secretário antecipou a referência ao ponto 3.6 da ordem de trabalhos, onde irá ser pedida à Assembleia para assunção de um compromisso plurianual, com vista à abertura de um procedimento contratual nesta matéria, por se tratar de uma despesa plurianual e de ultrapassar o valor de 100 mil euros. -----

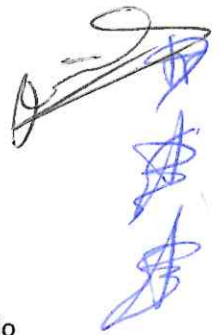
Adiantou também a referência ao ponto 3.8 da ordem de trabalhos, onde também irá ser pedida à Assembleia autorização para a assunção de um compromisso plurianual, com vista à abertura de um procedimento contratual para uma prestação de serviços para a implementação, monitorização e avaliação de recursos educativos digitais, especialmente na área de matemática, que foi muito pedido pelas escolas e o que se pretende é aumentar os níveis de literacia de matemática. -----

Adiantou ainda a referência ao ponto 3.7, que ainda ao nível do PIPSE, se pretende abrir um procedimento para aquisição de serviços implementação, monitorização e avaliação de um Programa de Competências Essenciais (sociais, pessoais, emocionais e comportamentais) e cujos destinatários são os mesmos e corresponde a um valor de 161.900 euros e para o qual irá ser pedida à Assembleia, autorização para a assunção de um compromisso plurianual. -----

Por fim, o Primeiro Secretário referiu que relativamente ao Eixo Prioritário da Capacitação, Governança Multinível e Comunicação, inclui a questão dos transportes. Começou por afirmar que a questão da mobilidade representa um grande peso na atividade da Comunidade Intermunicipal e informou que esta CIM já se encontra a preparar a nova concessão de transportes. Informou, ainda, que a integração de bilhética é algo que “está em cima da mesa” e que atualmente esta CIM já faz integração com a CIM do Ave e que neste momento não é possível ir mais longe porque tecnicamente não é possível. No entanto, referiu que é desejo desta CIM ir mais longe. Fez ainda referência ao projeto piloto: “Um bilhete.pt”, iniciado há um ano, e é desejo da CIM que se materializasse, mas tecnicamente é muito complexo. Deu ainda nota de um trabalho feito pelo Quadrilátero neste âmbito, que as CIM do Cávado e Ave estão a tentar ajudar e potenciar. -----

A nível do Orçamento para o ano 2025, o Primeiro Secretário referiu que as receitas previstas são no valor de 8,7 milhões de euros, distribuído por receita do Orçamento de Estado, sendo grande parte referente a Fundo Ambiental, receitas oriundas dos municípios e receita dos Fundos Europeus. Referiu ainda que, tendo em conta do que poderá vir a ser o futuro das Comunidades Intermunicipais, as participações por parte do Orçamento de Estado para as despesas efetivas desta CIM deveriam ser aumentadas, estando previstos apenas 364 mil euros para 2025. -----

Relativamente à despesa referiu que foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental pelo que a despesa apresenta o mesmo valor da receita, estando as despesas distribuídas por despesas correntes no valor de 8,3 milhões de euros e de despesas de capital no valor de 451 mil euros. -----



O Secretário Executivo deu por terminada a apresentação do documento “Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2025” e mostrou-se disponível para responder a qualquer questão nesta matéria. -----

O deputado Carlos Neves, do CDS, apresentou uma intervenção. Começou por agradecer a apresentação do documento e afirmou que merece a concordância do CDS não só na forma, mas também no conteúdo. Realçou o equilíbrio orçamental, sendo que uma grande parte da receita é consumida com serviço público de transporte de passageiros e elogiou o facto de já se estar a preparar o próximo concurso, sendo que o facto de se fazer esta antecipação pode ser pertinente, agora com alguns anos de operação e muito mais informação poder-se-á fazer novos e melhores concursos. Salienta a importância do projeto de integração da bilhética, mas acarreta dificuldades, técnicas, tecnológicas e institucionais. Salientou ainda que este pode ser o último período com as atuais “regras do jogo” e, que no futuro, a realidade pode ser a centralização da gestão dos fundos a nível nacional, à semelhança do PRR. Reforçou que podemos estar no último ciclo de programação em que a gestão dos fundos europeus é entregue às regiões, através das Comissões de Coordenação e a política de coesão pode deixar de ter a proximidade e capilaridade às regiões e a territorialização das políticas pode ser feita à escala nacional e não à escala regional. -----

O deputado Carlos Neves, destacou ainda alguns dos Eixos do plano atividades, designadamente, o Eixo da Inovação e da Internacionalização e Competitividade que é particularmente relevante e concentra a maior parte do investimento em termos de projetos. Evidenciou que o projeto “Up Cávado” aparenta ser muito relevante e que implica a necessidade de envolvimento das associações empresariais locais, pois já têm uma rede instalada e consolidada que pode melhor fazer chegar os apoios às empresas. Chama ainda a atenção para os sistemas de incentivos de base territorial, que são demasiadamente pequenos para aquilo que as empresas precisam e com um potencial de impacto para as empresas reduzido. A título de exemplo, refere que considerando o valor máximo de apoio não permite apoiar 10 projetos, o que é muito pouco para uma região muito dinâmica, no ponto de vista da sua atividade e do seu desenvolvimento económico, como a sub-região do Cávado. -----

O deputado Carlos Neves destacou ainda os projetos no âmbito da Proteção Civil, atendendo aos incendios recentes, às alterações climáticas, o modo como gerimos a floresta e gerimos o território que não se prevê mudar no curto prazo e por isso estaremos sempre na circunstância de voltarmos a ter fenómenos como tivemos em 2024 e 2017 e por isso todo e qualquer investimento na proteção civil não só ao nível das infraestruturas mas também ao nível da capacitação dos seus agentes é decisivo e um bom investimento. -----

O deputado evidenciou ainda a importância do Plano de Desenvolvimento Social, toda a dimensão de capacitação e de formação nos vários ciclos, mas também a promoção do sucesso escolar. Apresentou ainda, uma nota final relativamente à Energia, que é um tema cada vez mais relevante, nomeadamente os contratos de concessão e a distribuição de energia em baixa tensão, sendo da opinião que podia ser uma importante fonte de receita para os nossos territórios, mas a forma como a ERSE tem tratado o assunto, não permite que os municípios ou as suas Comunidades Intermunicipais se capacitem para poderem ser verdadeiros operadores e agentes da distribuição de energia elétrica, como já acontece com a CEVE (Cooperativa Elétrica do Vale do Este), com potencial de arrecadação de receita, como a possibilidade de fazer discriminação positiva nos territórios e através de energia gerar conectividade para os mesmos. Podendo tirar partido das infraestruturas dos quais são donos, porque, sublinha, os municípios é que são donos das infraestruturas de energia elétrica. Em jeito de resumo, afirma que o plano de atividades se encontra bem estruturado, procura ir buscar novas fontes de receita, nomeadamente a programas de financiamento europeu. O orçamento está equilibrado e que, portanto, o voto do CDS será favorável. -----

O deputado João Nogueira, do Partido Socialista, também apresentou uma intervenção. Começou por afirmar que os documentos previsionais são feitos sobre um aúspício da abertura de um novo quadro comunitário e sobre isso teceu duas considerações: há uma diferença entre o que é uma Europa de Regiões e uma Europa onde há um país que não tem Regiões e, portanto, as verbas são negociadas diretamente e as Coordenações Regionais acabam por ficar num segundo patamar, perdendo capacidade de negociação, prejudicando as Regiões. O deputado veio reforçar a questão de possivelmente ser o último quadro comunitário da forma como tem sido até à atualidade. Segundo o deputado as Regiões poderão vir a ter um papel muito mais importante e devem ser aproveitados os fundos que nos estão disponibilizados neste quadro comunitário, que terminará em 2029. Referiu o documento previsual está muito bem estruturado, com cinco estratégias principais, muito bem definidas nos seus objetivos. Indicando que as cinco áreas estratégicas são: a Inovação, Internacionalização e Competitividade; a Transição Energética e a Climática; Cultura, Turismo, Sistema Urbano e Coesão Territorial; Políticas de Educação, Formação e Coesão Social e por fim a Capacitação, Governança Multinível e a Comunicação. Referiu que há um conjunto de objetivos para cada uma destas áreas que considerou ajustados. Considerou que a grande questão é que a Comunidade Intermunicipal está com muito boas intenções, mas que os objetivos só se concretizam se efetivamente os municípios também estiverem em sintonia com este Plano de Atividades. Referiu que se constata que há projetos que se arrastam no tempo e que não chegam a ser concretizados, e que há outros projetos que são desenvolvidos, mas cujo interesse não é significativo. Para além de projetos que seriam importantes para promover o desenvolvimento e correção de assimetrias e não são realizados. Refere ainda que, o Partido Socialista considera que a concretização de muitos projetos depende da boa vontade dos executivos municipais e que não devia ser assim. Referiu que deve ser uma exigência aproveitar os 133 milhões de euros de fundos comunitários, dos quais 122 milhões de euros são do FEDER e 11 milhões são FSE.

Relativamente ao documento em si, referiu que possui muitas anglicismos e muitas siglas, que pode levar a que não seja perceptível por todas as pessoas, considerando que o documento peca só por isso, mas que está muito bem feito. -----

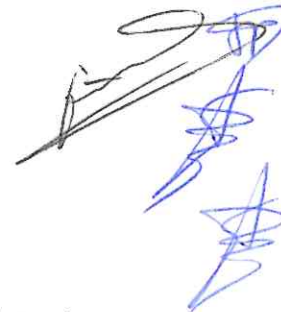
O deputado João Nogueira referiu ainda que assistimos muitas vezes a pouca dinâmica e interesse dos municípios na concretização de projetos. Há verbas que irão servir de base a muitos projetos dos eixos prioritários, mas que ainda não estão concretizados. Exemplificando que não consta dos documentos previsionais a variante de Vila Verde, que é muito importante para o desenvolvimento daquele concelho e para resolver o estrangulamento de trânsito em algumas horas do dia. Por outro lado, refere que também não constam ações concretas para resolver o problema da Barra do Cávado, em Esposende. Reforça que é importante que os municípios e a CIM do Cávado percebam exatamente quais são as obras que promovem o desenvolvimento, que corrigem assimetrias e qualificam o território e a vida das pessoas.

O deputado destaca o projeto de instalação de uma central de biomassa, que considera que será de difícil concretização e que no raio de 30 Km já existe uma e por isso não faz sentido outra.

Relativamente aos projetos de recolha seletiva de biorresíduos menciona que já devia estar em execução. Refere também o arrastar da questão da concessão de energia elétrica em baixa tensão, que percebe que é complexa, mas não está resolvida. -----

Refere ainda que relativamente à questão da Educação não existe um relatório que avalie o conjunto de propostas do combate ao insucesso escolar. Relativamente aos novos projetos de promoção do sucesso educativo, espera que a par de outros projetos bem definidos, no plano de atividades nesta área, sejam concretizados com seriedade e com qualidade. -----

Destacou ainda a coordenação das Cartas Educativas, que considera importante, mas já está incluído no plano de atividades pelo segundo ano consecutivo. Na mesma lógica considera que o Projeto de natureza ambiental, que é a Ecovia do Cávado, se vai repetir nos planos de atividade. -----



Quanto ao último eixo, da capacitação, governança multinível e da comunicação, relativa à gestão dos transportes pela Autoridade Intermunicipal de Transportes do Cávado, refere que se percebe uma vontade de expandir mais o transporte, de o interligar com as outras Comunidades Intermunicipais e com a Área Metropolitana do Porto, nomeadamente através da uniformização de bilhética. -----

Mencionou ainda que relativamente à Central de Compras é relevante, e que é uma referência extremamente positiva do bom trabalho que a Comunidade Intermunicipal está a fazer.

Fez ainda uma referência ao Turismo, mencionando que somos uma região rica num turismo diverso e se devia pugnar por dinamizar. Espera que o Minho In possa ser uma realidade cada vez mais forte e com mais qualidade. -----

Relativamente à Proteção Civil, destacou a importância dos projetos nesta área. Concluiu que o Partido Socialista irá votar favoravelmente os documentos previsionais, Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2025. -----

O deputado João Marques, do PSD, também apresentou uma intervenção. Referiu que muitos dos projetos que não se foram concretizando, e que foram elencados pelo deputado João Nogueira, não o foram por motivos não relacionados com ação ou dinâmica da CIM, mas tem essencialmente a ver com a natureza dos próprios projetos, muitos deles, tendo relevância para os municípios que compõem a CIM estão fora do raio de ação da própria Comunidade Intermunicipal, dando o exemplo da variante de Vila Verde, que não é da competência direta da CIM. Acrescenta que o mesmo se aplica à questão da barra de Esposende, pois são competências do Estado Central. Argumenta ainda, que também não compete à CIM resolver o problema da energia em baixa tensão, trata-se de um problema legislativo e de ação governativa. -----

Referiu ainda, que temos hoje um enquadramento interessante, não nesta lógica, mas no ponto de vista da criação de comunidades de energia renováveis, por exemplo, que infelizmente ficam aquém na sua execução e concretização. Referiu ainda que os municípios têm uma grande dificuldade em saber, mesmo do ponto de vista legislativo, quais são os modelos com os quais podem vir a constituir estas comunidades de energia e com quem as podem vir a constituir, e esta incerteza faz com os municípios não avancem. Acrescentou ainda que tudo isto influi na capacidade dos municípios, com cada vez mais complexidade técnica jurídica, poderem dar uma resposta qualificada aquilo que são os anseios das populações e à concretização deste projetos. Considera que do ponto de vista orçamental já foi praticamente tudo dito, quer do ponto de vista da forma do orçamento, quer das suas prioridades, quer das suas concretizações. Refere que o PSD se revê inteiramente no documento e que é relativamente injusto dizer que ele vive de um conjunto de boas intenções e da subjetividade de atuação dos municípios. Considera que a CIM já conseguiu concretizar aquilo que propõe, podemos concordar ou discordar das prioridades. -----

Salienta que um dos domínios fundamentais é a educação, nomeadamente o PIPS, antigo PIICIE. É uma área de atuação e competência da CIM, realçando que sendo uma competência, ela a tomou em mãos e soube concretizar e passar para o terreno. Reforçando que se tem demonstrado muito importante para os cidadãos que beneficiam destas medidas.

Destacou ainda, os acordos quadro da central de compras. Considera que a CIM do Cávado não é expectante, mas sim atuante e com resultados positivos. -----

Fez ainda referência ao domínio da Proteção Civil, salientando que este ano não sofremos, pelo menos no contexto do território da CIM, dos incêndios graves que outras partes do território têm vindo a sofrer, considerando que não é apenas sorte, mas resulta dos investimentos que foram feitos, da capacidade de congregar os agentes no terreno e de ser parte ativa das soluções. Destacou a implementação de programas com algum grau inovador, como as câmaras de videovigilância, referindo que há uma dimensão concretizadora e positiva da CIM. -----

O deputado João Marques referiu ainda que vê com preocupação o futuro do Quadros Comunitários de Apoio, o futuro das CIM e o futuro do contexto político administrativo.

Considera que existe um grau de incerteza face às inovações ou não, na gestão desses Quadros Comunitários de Apoio, existência ou não de centralização e por isso defende, que as CIM devem ter uma voz ativa e politicamente bem vinculada, que seja claramente um fator diferenciador e que possa trazer à discussão um valor acrescentado, que porventura outros não terão.

Salienta que um dos grandes contributos das CIM é poder pensar o território de outra forma que os municípios de forma individualizada não conseguem e as regiões, por não existirem, não podem introduzir qualquer tipo de pensamento crítico. -----

Destaca que o PRR foi um desastre na maneira centralizadora como funcionou, nas prioridades que não soube elencar e nas que soube elencar, mas não soube executar. Afirma que atualmente deparamo-nos com iniciativas do próprio governo, aprovadas na Assembleia da República, para simplificar o andamento dos processos, justamente porque também temos uma carga relativamente pesada do ponto de vista administrativo e jurídico, por força dos vistos do Tribunal de Contas, das questões ligadas às contestações e impugnações em Tribunal que levaram a que o processo que “nasceu mal, tarde ou nunca se consiga endireitar”.

Concluiu, que devemos olhar para estas questões considerando o valor acrescentado que temos através da CIM Cávado e para lá do orçamento conseguirmos projetar aquilo que será o futuro não deste orçamento, não desta CIM, mas seguramente desta região e do país.

De seguida o ponto foi colocado à votação, o qual foi aprovado por maioria com uma abstenção da CDU. -----

3.3- Segunda revisão ao orçamento de 2024 – Apreciação e votação;-----

Após dispensa da leitura da proposta, solicitada pela Mesa e aprovada por unanimidade pelos senhores deputados da Assembleia. O Senhor Presidente da Mesa solicitou ao Primeiro Secretário Executivo, Dr. Rafael Amorim, a apresentação da proposta da revisão, tendo este referido que a revisão se refere essencialmente a uma necessidade de reforço das verbas das rubricas orçamentais de “Subsídios” e “Transportes” para financiamento da atividade da Autoridade de Transportes.-----

O ponto foi colocado à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. -----

3.4- Listagem de compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Intermunicipal de 30.11.2023 – Conhecimento;-----

Após a dispensa da leitura da listagem de compromissos, solicitada pela Mesa e aprovada por unanimidade pelos senhores deputados da Assembleia e não havendo questões, foi dado conhecimento.-----

3.5. Autorização Prévia Genérica para assunção de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso - Apreciação e votação;-----

Após dispensa da leitura da autorização prévia genérica, solicitada pela Mesa e aprovada por unanimidade, a proposta de autorização prévia genérica foi aprovada por unanimidade-----

3.6. Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual com vista à abertura do procedimento pré-contratual de Concurso Público para a celebração de um contrato de “Aquisição de serviços implementação, monitorização e avaliação de um Programa de Competências de Iniciação à Programação, Robótica e STEAM na NUTS III Cávado, no âmbito da Operação NORTE2030-FSE+-01390200” - Apreciação e votação;-----

Após dispensa da leitura da proposta, solicitada pela Mesa e aprovada por unanimidade pelos senhores deputados da Assembleia. O ponto foi colocado à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. -----

3.7. Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual com vista à abertura do procedimento pré-contratual de Concurso Público para a celebração de um contrato de “Aquisição de serviços implementação, monitorização e avaliação de um Programa de Competências Essenciais (sociais, pessoais, emocionais e comportamentais) na NUTS III Cávado, no âmbito da Operação NORTE2030-FSE+-01390200” - Apreciação e votação;-----

Após dispensa da leitura da proposta, solicitada pela Mesa e aprovada por unanimidade pelos senhores deputados da Assembleia. O ponto foi colocado à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. -----

3.8. Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual com vista à abertura do procedimento pré-contratual de Concurso Público para a celebração de um contrato de "Aquisição de serviços implementação, monitorização e avaliação do recurso educativo digital, na área da matemática, no âmbito da Operação NORTE2030-FSE+-01390200" - Apreciação e votação; -----

Após dispensa da leitura da proposta, solicitada pela Mesa e aprovada por unanimidade pelos senhores deputados da Assembleia. O ponto foi colocado à votação, o qual foi aprovado por unanimidade, com declaração de voto do PS.-----

O deputado João Nogueira, do Partido Socialista, apresentou uma declaração de voto, tendo referido que o Partido Socialista votou favoravelmente todas as autorizações prévias porque confia no trabalho da CIM do Cávado e reafirma que podemos ir muito mais longe se todos os municípios estiverem convictos que este Plano de Atividades é bom para os seus territórios. ---

3.9. Modificação do contrato de concessão do serviço público de transporte de passageiros por modo rodoviário na região da CIM Cávado (lote 1) | autorização para assunção de despesa plurianual (artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho) e autorização para assunção de compromisso plurianual (artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro) - Apreciação e votação.-----

Após dispensa da leitura da proposta, solicitada pela Mesa e aprovada por unanimidade pelos senhores deputados da Assembleia. O Senhor Presidente da Mesa solicitou ao Primeiro Secretário Executivo, Dr. Rafael Amorim, a apresentação do ponto, tendo este referido que se trata da inclusão da linha Braga, Porto, no contrato de concessão de transporte público de passageiros da CIM do Cávado. Indicou que relativamente à linha Braga, Porto, durante os últimos meses a CIM tem realizado ajustes diretos por critérios materiais, sempre autorizados pela Autoridade de Mobilidade e Transportes, pois é quem tem competência para emitir o parecer vinculativo para se poder abrir qualquer tipo de procedimento. -----

Reforça que a documentação já foi remetida aos municípios que têm contrato de delegação de competências com a CIM, ou seja, a todos, menos Braga e Barcelos, e que já foi tudo aprovado nas Câmaras e Assembleias Municipais e, caso seja aprovado por este órgão, poder-se-á remeter para o Tribunal de Contas permitindo que a linha fique incluída na concessão. Em conclusão referiu, que se vem pedir autorização para assunção da despesa plurianual resultante da integração da linha no Contrato e de seguida remeter para o Tribunal de Contas. -----

O ponto foi colocado à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. -----

Quando eram vinte e três horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e oito de outubro de dois mil e vinte e quatro, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrada a sessão, que ao abrigo de autorização deliberativa do plenário, e por unanimidade, conferiu todos os poderes à Mesa para elaborar, aprovar e assinar a minuta para todos os pontos. -----

Barcelos, 28 de outubro de 2024

O Presidente da Mesa:

O Vice-Presidente da Mesa:

A Secretária:

